

Indústrias J.B. Duarte S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Período findo em 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Indústrias J.B. Duarte S.A. (Companhia) é uma sociedade anônima de capital aberto, constituída em 1936, com sede na cidade de São Paulo.

A Companhia inicialmente explorava a atividade industrial e comercial, exportação e importação de produtos alimentícios e oleaginosos em todas as suas modalidades.

Desde 1997 a Companhia passou a atuar predominantemente como administradora de bens próprios tanto diretamente quanto através da controlada NewRealty Empreendimentos Imobiliários Ltda.

Considerando a atual estrutura de capital de giro da Companhia, a administração implementou o seguinte plano estratégico, que também está em vigor para os próximos anos

- (a) Renegociação de dívidas, inclusive com dação em pagamento de ações próprias
- (b) Incremento da atividade imobiliária priorizando projetos para uso em contrapartidas ambientais e crédito carbono, que possuem maior valor agregado dos empreendimentos adquiridos para essa finalidade
- (c) Redimensionamento das transações com partes relacionadas, inclusive relacionadas a transações imobiliárias

1.1 Aprovação das demonstrações financeiras

A emissão das demonstrações financeiras da controladora e consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2019 foi autorizada pela Diretoria em 30 de junho de 2020.

2. Apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

2.1. Base para apresentação

As demonstrações financeiras da Companhia compreendem as demonstrações financeiras individuais da controladora, identificadas como Controladora, e as demonstrações financeiras consolidadas, identificadas como consolidado, preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRSs") emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB*.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

A Administração da Companhia entende que todas as informações relevantes das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às informações utilizadas na sua gestão.

2.1.1. Base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico.

2.1.2. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia.

2.1.3. Uso de estimativas e julgamentos

A aplicação das políticas contábeis da Companhia descritas na nota explicativa nº 3, a seguir, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados efetivos podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As informações sobre incertezas, premissas e estimativas que podem afetar significativamente os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras dentro do próximo exercício financeiro estão incluídos nas seguintes notas explicativas:

- Nota 01 – Plano estratégico para manutenção do capital de giro e da continuidade operacional da Companhia.
- Nota 05 Partes relacionadas.
- Nota 06 Créditos tributários.
- Nota 12 - Provisões para contingências.
- Nota 17 - Contingências e prescrições.

3. Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

3.1. Base de consolidação e investimentos em controladas

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as operações da Companhia, e da controlada “Newreality” descrita na nota explicativa nº 9. Todas as transações, saldos, receitas e despesas entre a controlada e a Companhia são eliminadas integralmente nas demonstrações financeiras consolidadas.

3.2. Instrumentos financeiros

Ativos financeiros

Os ativos financeiros da Companhia, considerando seu modelo de gestão são mensurados ao custo amortizado. As perdas de crédito esperadas dos valores a receber são registradas na demonstração do resultado do período em que efetivamente são consideradas irre recuperáveis.

Passivos financeiros

São demonstrados pelo custo amortizado, incluindo os encargos e as variações monetárias (em base “pro rata” dia), quando aplicável.

3.3. Propriedades para Investimento - Empreendimentos imobiliários

São avaliados inicialmente na data da aquisição ao valor justo e posteriormente pelo custo amortizado. A Companhia não procede a estudos sobre *Impairment* desses ativos. As propriedades para investimento representam diversos empreendimentos com destinação segundo projetos específicos. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 não foram obtidos de peritos independentes laudos de avaliação dos empreendimentos descritos na nota explicativa no. 08

3.4. Investimentos

Os investimentos em controlada são avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

3.5. Empréstimos e financiamentos

São reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos da transação e, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado utilizando o método de taxa efetiva de juros

3.6. Provisões

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou construtiva) resultante de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável considerando a melhor estimativa para liquidar a obrigação no final de cada exercício, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação.

3.7. Transações com partes relacionadas

Os saldos ativos e passivos mantidos com partes relacionada são registrados ao custo amortizado.

3.8. Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes)

São avaliados ao custo amortizado, acrescido de encargos ou rendimentos considerando o modelo de taxa efetiva de juros, quando aplicável. A classificação entre curto e longo prazo considera além dos prazos efetivos de realização, o modelo de gestão da Companhia.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações contábeis e qualquer ajuste aos impostos a pagar.

3.9. Demonstração do valor adicionado (DVA)

A Companhia elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA) individuais e consolidadas nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras conforme práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às companhias abertas, enquanto para IFRS representam informação financeira adicional.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019
(Valores em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas e adotada

Interpretação IFRIC 23 Incerteza sobre o tratamento dos tributos sobre a renda (vigência a partir de 01.01.2019)

A interpretação trata da contabilização dos tributos sobre a renda quando os tratamentos fiscais envolvem incerteza que afete a aplicação da IAS 12, e não se aplica a impostos ou exações alheias ao âmbito da IAS 12, nem inclui, de forma específica, as exigências relativas a juros e multas associadas a incertezas no tratamento aplicável aos tributos.

A Administração da companhia avaliou os impactos da nova interpretação e entende que sua adoção não provocará um impacto relevante nas demonstrações financeiras.

4.1. Novas normas e interpretações ainda não efetivas

IFRS Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro (CPC 00(R2)) (vigência a partir de 01.01.2020)

Em março de 2018, o IASB emitiu a revisão da Estrutura Conceitual (Conceptual Framework) e as principais alterações se referem a: definições de ativo e passivo; critério para reconhecimento, baixa, mensuração, apresentação e divulgação para elementos patrimoniais e de resultado.

A Administração da companhia avaliou os impactos da nova interpretação e entende que sua adoção não provocará um impacto relevante nas demonstrações financeiras.

Indústrias J.B. Duarte S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Período findo em 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

5. Depósitos judiciais

Descrição	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Processos trabalhistas	104	97	104	97
Créditos a receber em depósitos judiciais (a)	3.788	5.191	3.788	5.191
	3.892	5.288	3.892	5.288

- (a) Valores referentes a dois processos: 20ª vara da justiça federal – processo 95.006.1237-2 -trata-se de ação de execução de contrato de honorários advocatícios e 18ª vara cível – processo 53064821991 – referente ação de cobrança, decorrentes de operações comerciais de importação e exportação de farelo de soja.

6. Créditos tributários

6.1 Contingências ativas junto à União Federal

Refere-se ao registro de ativo contingente com base em decisão transitada em julgado favorável a Companhia, de processo judicial de pedido de ressarcimento de pagamento indevido de Imposto de Importação sobre operações de importação de trigo da Argentina. O referido processo encontra-se na fase de apuração dos valores a serem ressarcidos.

A Companhia contratou consultores tributários para a elaboração do laudo para determinação dos valores a ser restituído e respectivo registro do crédito tributário. O montante de R\$ 45.640, foi registrado contabilmente em fevereiro de 2018, em contrapartida a conta de resultado a época. Desde então esse montante não foi atualizado monetariamente.

O referido crédito tributário será posteriormente compensado com passivos tributários da Companhia no momento da apuração final dos montantes.

7. Partes relacionadas

Descrição	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Contibrasil Comércio e Exportação de Grãos Ltda. (a)	32.176	33.820	32.176	33.820
Duagro S.A. Participações e Administração Ltda. (b)	28.813	32.063	28.813	32.063
	60.989	65.883	60.989	65.883

- (a) Refere-se a contratos de mútuo sem prazo de vencimento e sem encargos financeiros. Aliquidação de valores no exercício decorre de liquidação de contas a pagar de terceiros. Não foi registrado provisão para perdas para esses ativos.
- (b) Referem-se a contrato de mútuo com incidência de encargos financeiros com base na variação do CDI – Certificados de Depósitos Interbancário e sem prazo de vencimento. Aliquidação de valores no exercício refere-se à transferência de direito sobre ações da Companhia a terceiros. Não foi registrado provisão para perdas para esses ativos.

8. Propriedades para investimento

Descrição	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Fazenda São Pedro das Araucárias (a)	2.798	2.798	2.798	2.798
Sítio San Jean (New Realty) (b)	-	-	7.721	7.721
Fazenda Anta gorda – Bom Jesus de Pirapora (c)	6.464	6.464	6.464	6.464
Fazenda Brasil – Barra do turvo (d)	57.500	-	57.500	-
Sítio San Jean (New Realty) (e)	-	-	4.000	4.000
Imóvel rural – Suzano (f)	2.103	2.103	2.103	2.103
	68.865	11.365	80.586	23.086

- (a) Será utilizado num projeto cujo objetivo é venda através de fracionamento da área em chácaras de até 10 ha.
- (b) Será utilizado num projeto cujo objetivo é utilizar a área em futuro loteamento e/ou condomínio residencial.
- (c) Será utilizado num empreendimento para a utilização em projetos de aterros de inertes em parceria com terceiros.
- (d) Direitos hereditários sobre o imóvel correspondente a matrícula 891 do Cartório de Registro de Imóveis de Jacupiranga, situado no município de Barra do Turvo – Estado de São Paulo, denominado Fazenda Brasil, possui superfície total de 9.578,36 hectares. O valor do imóvel no montante de R\$ 57.500, corresponde ao valor apurado com base em Laudo de Avaliação datado de novembro/2018 realizado por empresa especializada. A expectativa da administração é a utilização da área para projetos de compensações ambientais.
- (e) Em 31 de dezembro de 2019, a Administração da Companhia reclassificou este ativo considerando seu atual modelo de gestão. Parte pertencente a controlada Newrealty do Sítio San Jean, será utilizado num projeto cujo objetivo é utilizar a área em futuro loteamento e/ou condomínio residencial.
- (f) Em 31 de dezembro de 2019, a Administração da Companhia reclassificou este ativo considerando seu atual modelo de gestão. Propriedade rural, localizado no bairro da estrada nova, antigo Feital município de Suzano.

9. Investimentos

Descrição	2019	2018
Newrealty Empreendimentos Imobiliários Ltda.		
Capital Social – R\$ 1,00	21.000.124	21.000.124
Quantidade de cotas:	21.000.124	21.000.124
Quantidade de cotas possuídas	21.000.123	21.000.123
Percentual de participação	99,9999%	99,9999%
Patrimônio Líquido – R\$ mil	11.472	11.489
Resultado do exercício	(16)	(3.040)
Valor contábil investimento inicial	11.456	8.449
Resultado de equivalência patrimonial	16	3.040
Valor investimento ajustado	11.472	11.489

Indústrias J.B. Duarte S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Período findo em 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

10. Empréstimos e financiamentos

Descrição	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Unibanco - Banco Itaú S.A. (a)	4.614	5.286	4.614	5.286
	4.614	5.286	4.614	5.286

(a) Referem-se a contrato de empréstimo pendente de pagamento, cuja sentença foi desfavorável a Companhia. Foram atualizados monetariamente com base nos índices estabelecidos pelo TJSP até 31 de dezembro de 2016.

11. Obrigações tributárias

Descrição	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
IRRF a recolher	146	142	146	142
IRPJ a recolher sobre ativo contingente	9.528	9.307	9.528	9.307
IRPJ a recolher	4.553	4.104	4.705	4.256
Contribuição Social a recolher sobre ativo contingente	3.395	3.353	3.395	3.353
Contribuição social a recolher	1.640	1.549	1.706	1.615
Parcelamento – Lei 11941/09 (a)	3.678	3.678	3.678	3.678
PIS/COFINS/CSLL retidos a recolher	23	10	23	10
PIS/COFINS a recolher sobre ativo contingente	2.038	2.038	2.038	2.038
Diversos impostos a recolher	232	234	234	236
	25.233	24.415	25.453	24.635

(a) REFIS - Refinanciamento fiscal deferido em julho de 2011. No entanto, a Companhia foi excluída do programa de parcelamento em 2015 por não cumprimento do pagamento de parcelas. A administração não procedeu a atualização do montante devido.

12. Provisão para contingências

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões trabalhistas, cíveis e tributários. A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e análise das demandas judiciais pendentes constituiu provisão:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Contingências trabalhistas (a)	2.592	3.205	2.592	3.205
Contingências Cíveis (b)	9.195	9.195	9.195	9.195
Contingências tributárias (c)	79.639	79.639	79.639	79.639
	91.426	92.039	91.426	92.039

- (a) Refere-se a processos trabalhistas em fase de execução de sentença não comportando, portanto, mais nenhum recurso, mas apenas a discussão quanto aos valores de atualização, conforme posição dos assessores jurídicos.
- (b) Conforme relatório dos assessores jurídicos da Companhia de dezembro de 2018, refere-se a processo de execução movido pela Cesp – Companhia Energética de São Paulo, para cobrança de títulos extrajudiciais, em fase de penhora de faturamento.
- (c) Contingências tributárias – A Companhia possui passivos tributários em dívida ativa junto a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN) no montante de R\$ 263.768, e passivos junto a Prefeitura Municipal de São Paulo de R\$60, sendo que o valor provisionado em 31 de dezembro de 2019 monta a R\$ 79.639. Adicionalmente, foi realizada penhora de dividendos a distribuir a acionistas sobre o exercício findo em 2007 no montante de R\$ 577.

13. Patrimônio Líquido**a. Capital social**

O Capital Social da Companhia em 31 de dezembro de 2019 é de R\$ 171.652.739,55 (cento e setenta e um milhões, seiscentos e cinquenta e dois mil, setecentos e trinta e nove reais e cinquenta e cinco centavos) representado por 5.019.161 (cinco milhões, dezenove mil, cento e sessenta e uma) ações sem valor nominal, sendo:

	2019	2018
Ações ordinárias	1.673.066	45.218
Ações preferenciais	3.346.095	90.435
Total	5.019.161	135.653

Companhia está autorizada a aumentar seu capital social, independentemente de reforma estatutária, até o limite de R\$ 200.000, mediante deliberação do Conselho de Administração, que fixará, em cada caso, a quantidade e espécie de ações a serem emitidas, o preço de emissão e as condições de subscrição e integralização.

Não ocorreram mudanças nas políticas de dividendos, juros sobre capital e reservas de lucros em relação às utilizadas nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2018.

Indústrias J.B. Duarte S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Período findo em 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Existe penhora de dividendos do exercício findo em 31 de dezembro de 2007 e da reserva para futuros investimentos daquela data, no montante de R\$ 577. Até a presente data os consultores jurídicos da Companhia não obtiveram êxito no desbloqueio de tais valores. Vide nota explicativa no. 12c.

b. Aumento de capital com cessão de direitos hereditários sobre parte da Fazenda Brasil – Barra do Turvo

Em 11 de janeiro de 2019 a RCA deliberou e aprovou o laudo de avaliação de parte da Fazenda Brasil (nota explicativa no. 10.d) e subsequente aumento de capital. Ato contínuo, foi realizada a convocação de uma AGE – Assembleia Geral Extraordinária para aprovação do laudo de avaliação de bem, representado por direitos hereditários do espólio de Jose Casal De Rey, no valor de R\$/mil 57.500 de propriedade da controladora Duagro S.A. Administração e Participações.

Em 21 de fevereiro de 2019, foi realizada a referida AGE – Assembleia Geral Extraordinária que aprovou integralmente a proposta do Conselho de administração, por unanimidade dos presentes, abstenendo-se os legalmente impedidos, a subscrição particular de ações. A subscrição foi realizada de acordo com a Lei 6.404/76 atualizada, respeitando os direitos de preferência dos acionistas. Foram subscritos e integralizados, no primeiro trimestre, o montante de R\$/mil 22.154 composto como segue:

Em 31 de março de 2019	R\$
Duagro S.A. Administração e Participações	9.618
Kracow Participações S.A.	7.475
Fazenda São Pedro dos Araucárias Agropecuária Ltda.	4.933
Outros	128
	22.154

Permaneceu em 31 de março de 2019, em conta de patrimônio líquido – AFAC – Adiantamento para futuro aumento de capital – o montante de R\$ 34.983, que foram subscritos e integralizados em abril de 2019, os seguintes valores:

Em 31 de março de 2019	R\$
Duagro S.A.	15.850
Kracow Participações S.A.	6.441
Fazenda São Pedro dos Araucárias Agropecuária Ltda.	7.708
Contibrasil Comércio e Exportação de Grãos Ltda.	1.849
Outros	3.135
	34.983

Em 29 de abril de 2019, foi realizada a AGE – Assembleia Geral Extraordinária que homologou o aumento de capital aprovado por unanimidade dos acionistas presentes.

Em 31 de agosto de 2018, foi deliberada e aprovada a apresentação de proposta de grupamento de ações na proporção de 30 ações atuais por 01 (uma) ação nova, a ser apresentada e deliberada por uma assembleia de acionistas.

c. Composição do capital

Em 31 de dezembro de 2019	Ações Preferencias	Ações Ordinárias	Total
Prejuízo atribuído aos acionistas	(2.895)	(1.448)	(4.343)
Quantidade média ponderada de ações no exercício	2.268.060	1.134.043	3.402.103
Resultado por ação – R\$	(1,,2766)	(1,2766)	(1,2766)

Em 31 de dezembro de 2018	Ações Preferenciais	Ações Ordinárias	
Lucro atribuído aos acionistas	11.086	5.543	16.629
Quantidade de ações	90.435	45.218	135.653
Resultado por ação - R\$	122,58	122,58	122,58

14. Despesas operacionais

Descrição	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Anuidades e contribuições de classe	(76)	-	(76)	-
Propaganda	(19)	-	(21)	-
Honorários/Profissionais P.J.	(3.291)	(1.002)	(3.299)	(1.010)
Resultado equivalência patrimonial	(16)	(3.040)	-	-
Provisão para contingências	-	(9.808)	-	(9.808)
Outros	(6)	(85)	(12)	(287)
	(3.408)	(13.935)	(3.408)	(11.105)

15. Resultado financeiro líquido

Descrição	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Receitas				
Receitas financeiras	-	-	-	66
	-	-	-	66
Despesas				
Juros	(749)	(608)	(749)	(608)
Despesas bancárias	(12)	(13)	(12)	(13)
Multas diversas	(56)	(2.363)	(56)	(2.363)
	(817)	(2.984)	(817)	(2.984)
	(817)	(2.984)	(817)	(2.918)

Indústrias J.B. Duarte S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Período findo em 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

16. Instrumentos financeiros

A Companhia não possui instrumentos financeiros derivativos em aberto em 31 de dezembro de 2018, bem como não contratou instrumentos desta natureza em 2019 e 2018

Os valores constantes nas contas de ativo e passivo, como instrumentos financeiros, são registrados ao custo amortizado, atualizados pelo método de taxa de juros efetiva e correspondem, aproximadamente, ao seu valor de mercado.

A Companhia não efetuou ou mantém aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de riscos e não possui quaisquer operações de “swap”, atividade de hedge ou similares. Em 31 de dezembro de 2019, não existiam saldos ativos ou passivos protegidos por instrumentos derivativos.

O gerenciamento da liquidez e do fluxo de caixa da Companhia é efetuado diariamente pela área de gestão financeira de modo a garantir que a geração de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para o cumprimento de seus compromissos, não gerando riscos de liquidez para a Companhia.

17. Contingências e Prescrições

Os registros contábeis e as operações da Companhia estão sujeitos a exames das autoridades fiscais e as eventuais notificações para os recolhimentos adicionais de impostos, taxas e contribuições durante prazos prescricionais variáveis, consoante a legislação aplicável.

As declarações de imposto de renda das pessoas jurídicas estão sujeitas a revisão por um período de cinco exercícios. Outros impostos, contribuições e encargos de natureza fiscal e previdenciária estão, também, sujeitas à revisão por diferentes períodos prescricionais.

Adicionalmente, de acordo com a legislação vigente, as operações da Companhia e sua controlada estão sujeitas à revisão pelas autoridades fiscais pelo prazo de cinco anos, com referência aos tributos (IRPJ - Imposto de Renda Pessoa Jurídica; CSLL - Contribuição Social sobre o Lucro Líquido; IPI - Imposto sobre Produtos Industrializados; II - Imposto sobre a Importação de Produtos Estrangeiros; PIS - Programa de Integração Social; e COFINS - Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social) e ao imposto estadual (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços ou IVA - Imposto sobre Valor Agregado para as suas controladas internacionais). Como decorrência destas revisões, transações e recolhimentos poderão ser questionados, ficando os valores identificados sujeitos a multas, juros e atualizações monetárias.

18. Outros serviços prestados pelos auditores independentes

De acordo com a Instrução CVM nº 381, a administradora não contratou outros serviços, que envolvam atividades de gestão de recursos de terceiros, junto ao auditor independente responsável pelo exame das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia, que não seja o de auditoria externa.

19. Partes relacionadas

Em conformidade com a Deliberação CVM nº 642 da CVM e o Pronunciamento Técnico CPC 05 (R1) sobre partes relacionadas, apresenta suas vinculações referente ao tema. A Companhia regularmente informa a CVM e BOVESPA em conformidade com o artigo 11 da Instrução CVM nº 358/2002 (com as alterações introduzidas pelas Instruções CVM nºs 369/02, 449/07, 547/14 e 552/14), a movimentação referente a ações de administradores e acionistas da controladora. Todas as operações com partes relacionadas seguem os padrões de praxe utilizados no mercado no que se referem as suas condições e termos.

Controladora – A controladora da Indústrias J.B.Duarte S.A, é a Duagro S.A. Administração e Participações, a qual possui atualmente 51,24 % das ações ordinárias com direito a voto.

Composição acionária da controladora - A controladora tem como acionista e administrador majoritário o Sr. Laodse Denis de Abreu Duarte, detentor de ações ordinárias, correspondente a 43,45% da totalidade de ações.

Conselho de Administração – O Sr. Laodse de Abreu Duarte, é o único membro do Conselho de Administração da Indústrias J.B.Duarte S.A. e, também é diretor da Companhia.

20. Transações entre partes relacionadas

Descrição	2019	2018
Contibrasil Com. e Exp.de Grãos Ltda. (vide nota explicativa nº 7)	32.176	33.820
Duagro S.A. (vide nota explicativa nº 7)	28.813	32.063
	<u>60.989</u>	<u>65.883</u>

21. Eventos subsequentes

Em 10 de março de 2020, a Comissão de Valores Mobiliários – CVM emitiu o Ofício-Circular CVM/SNC/SEOP/no.02/2020 orientando as empresas e seus auditores independentes e considerem cuidadosamente os impactos do COVID-19 em seus negócios e os riscos e incertezas aos quais as companhias estão expostas, em especial como eventos subsequentes para companhias que encerram o exercício em 31 de dezembro de 2019. Nesse sentido, a Companhia destaca que, a despeito dos inúmeros estudos que vem sendo cuidadosamente realizados, há grande incerteza sobre os efeitos da pandemia na economia local e global, inclusive em relação ao tempo necessário para conter o avanço do vírus. Por isso, não é possível, nesse momento, precisas os reais impactos do avanço do COVID-19 para os negócios e/ou para as estimativas contábeis.

No âmbito corporativo, as empresas implementaram medidas necessárias para minimizar qualquer impacto na qualidade do atendimento a seus clientes, mitigar riscos para colaboradores e familiares e garantir a manutenção e continuidade das operações, dentre as quais:

- i) Comunicação corporativa recorrente por e-mail e aplicativos de mensagens, visando informar e conscientizar todos os colaboradores sobre os riscos relacionados à disseminação do vírus as formas de prevenção;
- ii) Adoção do regime home office para todos os colaboradores onde essa modalidade for possível;
- iii) Realização de viagens apenas quando for imprescindível, adotando e realizando reuniões por videoconferência;

Indústrias J.B. Duarte S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019

(Valores em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- iv) Reforço na higienização de todos os postos de trabalho;
- v) A Administração da Companhia e de suas controladas seguirá atenta e diligente a toda e qualquer informação ou evento relacionado ao COVID-19, de forma a deixar seus acionistas e o mercado em geral informados acerca de mudanças de avaliação ou outros fatores que tragam efeitos relevantes para os negócios.
- vi) Apesar do cenário de incertezas, não vemos efeitos desses impactos sobre as presentes demonstrações financeiras.

**

Conselho de administração

Fábio Aylton Casal De Rey

Laodse Denis de Abreu Duarte

Marcio Antônio Osti

Presidente

Vice Presidente

Membro

Diretoria

Laodse Denis de Abreu Duarte

Edison Cordaro

Investidores

Diretor Presidente

Diretor de Relações com

Responsável Técnico

Romilda Rita Cardozo

CRC - 1SP 145.114/O-5